

Uma trama de cordéis

Historicamente marginalizada, a literatura brasileira de folhetos alcança fase de reconhecimento e institucionalização

Luisa Destri

Tradicional expressão cultural brasileira, a literatura de cordel vive um momento de re-florescimento. Após sucessivas transformações de produção e circulação, ao longo do século XX, o gênero chegou a ter sua morte anunciada por estudiosos e autores no fim da década de 1980. Desde os anos 2000, no entanto, vem encontrando outras formas de sobrevivência, em novos formatos, com outros públicos e como objeto de atenção acadêmica. O mais recente capítulo dessa história é seu reconhecimento como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que coloca no horizonte do Estado e da sociedade a necessidade de estratégias para proteger a produção e a atuação de poetas corde- listas (ver box na página 90).

O início dessa literatura pode ser identificado com o momento em que, em fins do século XIX, no Nordeste, poemas transmitidos oralmente ganharam impressão. Esses folhetos, vendidos em feiras de estados como Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, tornaram-se rapidamente populares – a tal ponto que, por volta de 1910, o paraibano Leandro Gomes de Barros (1865-1918) instalou-se no Recife com a Tipografia Perseverança e se tornou o primeiro autor e editor do país a viver exclusivamente de cordéis. A partir dos anos 1950, com os movimentos de migração para o Norte, Sudeste e Brasília, os folhetos disseminaram-se por todo o país, possibilitando a criação de uma rede que hoje inclui poetas, pesquisadores, escolas, editoras e associações – a mais conhecida delas, a Academia Brasileira de

Literatura de Cordel (ABLC), com sede no Rio de Janeiro.

Se considerado desde seus antecedentes, o percurso do cordel é secular, tem início em outro continente e implica uma complexa relação entre cultura erudita e popular. “A importância dessa literatura é histórica. Ela nasceu no século XVI, na Europa, foi a grande responsável pela vulgarização de textos gregos e latinos e veiculou notícias sobre as descobertas e todo um imaginário sobre o Novo Mundo na Itália, França e Espanha”, afirma Francisco Claudio Alves Marques, da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (FCL-Unesp), campus de Assis. Em *Escritos e ditos: Poéticas e arquétipos da literatura de folhetos – Itália/Brasil* (Humanitas, no prelo), ele investiga as matrizes europeias do cordel brasileiro, que



se inicia com a adaptação, em versos, de narrativas aqui aportadas via Portugal.

“A poesia de cordel nordestina apresenta traços de uma produção escrita anterior, que vem se juntar à oralidade fortemente presente na região”, escreve Marques, apontando as principais fontes que inspiraram cantadores e poetas populares: além de histórias comuns na península Ibérica, fábulas, passagens bíblicas e conhecimentos diversos reunidos em almanaques e enciclopédias. No livro, o pesquisador mostra como o talento desses artistas, ao contrário do que muitas vezes se pensa, não depende da capacidade de improvisação, mas do modo como adaptam o repertório literário já existente: pelas suas vozes e mãos, narrativas ancestrais passam a falar sobre a experiência do próprio público, que assim se deixa encantar.

Produzidos por poetas quase sempre autodidatas e de origem humilde, os folhetos tiveram inicialmente um público de ouvintes, mais do que de leitores. “No começo do século XX, especialmente no campo, enquanto bordavam, debulhavam milho ou feijão, ou descansavam do trabalho, as pessoas ouviam leituras coletivas de folhetos de cordel”, registra Marques. Circulando na rotina dos trabalhadores do interior nordestino, as narrativas dialogavam de diferentes maneiras com as circunstâncias e o contexto do público – muitas vezes dando forma, como argumenta o pesquisador, à consciência de injustiças, ao desejo de desforra contra abusos de poder, a críticas à realidade.

Um dos exemplos estudados por Marques é o mito da Cocanha, país imaginário cujo retrato circula na cultura popu-

lar europeia desde o século XIII, tendo uma de suas figurações mais conhecidas em um quadro do pintor belga Pieter Bruegel (1525-1569). No Brasil, essa terra de abundância deu origem a São Saruê, onde tudo é “bom e fácil”. Como canta o poeta Manoel Camilo dos Santos no folheto *Viagem a São Saruê*, de 1947, lá “não precisa se comprar/ não há fome nem doença/ o povo vive a gozar/ tem tudo e não falta nada/ sem precisar trabalhar”. Comentando o contraste entre o país retratado na narrativa e a realidade daqueles que a ouviam, Marques afirma: “A comunidade nordestina vive às voltas com as secas periódicas, as hostilidades do clima, a falta de alimentação. Essa narrativa, de origem francesa, ganha uma nova função ao dialogar diretamente com a realidade da comunidade nordestina. Ela se revitaliza”.



As relações dessa literatura com o contexto também estão no centro do interesse do historiador Paulo Teixeira Iumatti, vice-diretor entre 2014 e 2018 do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP), que prepara a publicação de *Vozes negras na cantoria: Cantadores afrodescendentes e as disputas em torno do gênero do Marco (1870-1930)* (Almedina, no prelo), a respeito desse tipo de cordel. Trata-se de folhetos em que o autor imagina construir para si um castelo ou outra espécie de fortificação – ambiente que governa como um rei e que serve de metáfora para a própria construção poética –, oferecido como uma espécie de desafio a outros poetas. É o que acontece, por exemplo, em *A fortaleza que levantei dentro de uma lagoa* (1953), de Joaquim Francisco Santana

(1877-1917), conforme uma das estrofes finais: “Já ouvi um poeta me dizer/ que fazia um muro igual ao meu/ se há este audaz é muito longe/ eu creio que ele já morreu/ que meu muro está predicado/ quem o imita ainda não nasceu”.

“O Marco é a transposição do desafio da viola para o registro da escrita”, explica Iumatti, ressaltando o vínculo dessa poesia com a modalidade de cantoria em que dois compositores se apresentam em uma competição de regras rígidas em termos de métrica e rima. Segundo o pesquisador, esse gênero é uma forma poética peculiar ao contexto nordestino, cujas características principais têm conexão com a sociedade escravista, em especial a ideia de que, no interior de sua fortaleza, o poeta tem domínio absoluto sobre pessoas e coisas. Estudando poemas compostos logo após a Abolição por afrodescendentes como Joaquim Francisco Santana (1877-1917), o professor do IEB defende que a linguagem hiperbólica do Marco, de elogio do poeta à própria obra, serviu de luta simbólica num contexto em que era preciso “manter a cabeça erguida diante da exclusão e do racismo”. “Os cantadores negros de que

tenho registros – são poucos, mas significativos – utilizaram o Marco como uma ferramenta de disputa e um instrumento para se afirmar em um contexto de exclusão”, diz Iumatti.

PRODUÇÃO LITERÁRIA

“A grande luta travada ao longo do século XX pelos poetas foi pelo reconhecimento do cordel como literatura”, informa a historiadora Rosilene Alves de Melo, professora da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na Paraíba, e consultora do Iphan. Ela conta que, embora sempre tenha havido reconhecimento popular, essa literatura permaneceu durante décadas à margem, acumulando episódios de perseguições a poetas e editores, apreensão e queimas de folhetos e prisões – como a de José Bernardo da Silva (1901-1971) em Limoeiro (PE), em 1934. “O cordel é um gênero que conseguiu se construir a duras penas, com muito sacrifício e pouco dinheiro. A maioria dos poetas morreu na miséria, no esquecimento, sem recursos, mas nunca desistiu”, comenta Melo.

O fato de se tratar de uma literatura originada em contextos pobres e de me-



Um bem tutelado

Uma estrofe de 10 versos de sete sílabas abriu o pedido encaminhado, em 2010, pela Academia Brasileira de Literatura de Cordel ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) solicitando o registro do cordel como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro: “Nós, membros da academia/ da cultura guardiã/ solicitamos ao Iphan/ que veja com simpatia/ nossa eterna poesia/ como histórico documento/ E neste requerimento/ de conteúdo fiel/ pedimos para o cordel / o seu registro e tombamento”. Em setembro de 2018, o conselho consultivo do órgão aprovou o pedido, reconhecendo a literatura de cordel como um bem a ser preservado pelo Estado em conjunto com a sociedade brasileira.

Uma equipe de pesquisadores desenvolveu, entre 2012 e 2017, por

encomenda do Iphan, o dossiê que dá fundamento ao registro, documentando a história nacional da literatura de cordel e mapeando a produção hoje realizada no Brasil. “O registro é uma decisão do Estado brasileiro que vai ficar para gerações futuras. Daí a necessidade desse inventário, que tem como objetivo recolher informações que comprovem que esse bem merece ser registrado”, explica Rosilene Alves de Melo, professora da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) que atuou como consultora do órgão, coordenando a pesquisa e redigindo o dossiê.

Para a elaboração do documento escrito e do documentário em vídeo, que ficarão disponíveis ao público, foram realizadas 140 entrevistas com poetas, pesquisadores, donos de editoras de folhetos, no Brasil

todo. “Nessas reuniões recolhemos também as sugestões de salvaguarda das obras, que devem ser feitas pelos próprios poetas”, conta Melo.

As ações de preservação são a principal decorrência do processo de registro, que tem como finalidade atender determinações legais de promoção e acesso à cultura, em especial os artigos 215 e 216 da Constituição Federal. “A história do cordel agora muda radicalmente. Até 2018, era uma poesia praticada livremente pelas pessoas; agora é um bem tutelado pelo Estado”, resume Melo, ressaltando a dimensão coletiva da atuação desses poetas, que deve passar pela construção de formas de organização e articulação. A partir deste ano, segundo ela, o órgão de proteção ao patrimônio terá ações destinadas especificamente ao cordel.

Alguns dos autores fundamentais da literatura de cordel



LEANDRO GOMES DE BARROS

1865-1918

FRANCISCO DAS CHAGAS BATISTA

1882-1930

SILVINO PIRAUÁ LIMA

1848-1913

MANOEL CAMILO DOS SANTOS

1905-1987

nor proximidade com a cultura letrada deu muitas vezes origem a um estigma. “A literatura de cordel nunca foi muito reconhecida pelo universo da literatura oficial, embora muitos poetas e escritores fossem seus admiradores”, afirma Iumatti, que recusa o rótulo de “popular” para essa produção. “A literatura de cordel sempre fez a mediação entre universos: um mais letrado e outro da cultura oral, como uma poesia que chegava a pessoas que nem sequer sabiam ler”, explica. De acordo com ele, à medida que buscam formas de legitimação, cordelistas tendem a se identificar relativamente menos com a cultura popular, que passa a ser vista como repertório para inspiração, estudo e criação, e não como meio exclusivo onde os folhetos são produzidos e circulam.

A ABLC, fundada em 1988, contribuiu para essa trajetória. “A criação é uma resposta à não aceitação do cordel pela Academia Brasileira de Letras”, diz Rosilene Melo, referindo-se às duas candidaturas do cordelista Raimundo Santa Helena (1926) rejeitadas pelos imortais, em 1983 e 1986. A institucionalização do cordel trouxe até mesmo novos parâmetros para a composição dos poemas, que foram se modificando com o tempo, como explica o cordelista Gonçalo Ferreira da Silva, presidente da instituição. São três os critérios estéticos: métrica, rima e oração, isto é, os poetas devem obedecer rigorosamente a quantidades convencionais de sílabas por verso, rimar todo o poema e construir narrativas coerentes, com começo, meio e fim. “A literatura de cordel é feita para ser lida, cantada ou declamada, então deve ter a rigorosa sonoridade”, diz Silva. Ele destaca também a importância da correção da linguagem: “Não é admissível que hoje ainda se escreva e fale errado. Você deve escrever errado se não souber escrever certo. A ABLC respeita a tradi-

ção e guarda em seu acervo a linguagem matuta – quando se escrevia ‘pruquê’, ‘prumodi’, ‘pruvia’. Mas guardamos como material de museu, e não material para ser usado agora”.

SOBREVIVÊNCIA

Na tentativa do cordel de sobreviver, os poetas buscaram, ao longo das décadas, diferentes maneiras de concretizar seu trabalho. Inicialmente, os folhetos eram impressos em gráficas nas capitais e pequenas tipografias em cidades do interior. Com a proliferação de jornais e a diminuição do custo dos equipamentos, alguns poetas adquiriram suas próprias máquinas, ganhando autonomia no processo de produção e, conseqüentemente, de divulgação do trabalho. Entre 1910 e 1960, inicialmente no Nordeste, e depois com a circulação do cordel por outras regiões do país, constituiu-se uma rede de produção e venda que permitiu a autores e editores sobreviver dos folhetos.

Hoje os cordéis estão longe do ambiente de seu nascimento, as feiras. O surgimento dos supermercados na década de 1970, a hiperinflação e o conseqüente aumento do preço do papel nas décadas de 1980 e 1990 exigiram a completa reformulação da atuação desses autores, que ficaram cada vez mais distantes de seu público. “No início dos anos 2000, o cordel estava em uma crise profunda”, conta Rosilene Melo, da UFCG. A saída encontrada foi levar o cordel para as escolas. Desde então, em oficinas, minicursos e palestras, poetas procuram estimular o conhecimento do gênero e o gosto pela sua leitura. Como conseqüência dessa atuação, editorialmente se abriu um novo campo, o do cordel didático, com livros escritos nesse estilo que contemplam aspectos dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Com tiragens que podem ultrapassar 100 mil exemplares, essas obras tratam de te-

mas como ciências, história, linguagem, além de muitas vezes adaptarem clássicos literários nacionais e estrangeiros. “Essa entrada na escola salvou o cordel do desaparecimento no Brasil”, avalia a pesquisadora da UFCG. Para Marques, o interesse de alunos dos ensinos médio e fundamental pode representar o surgimento de novos autores no gênero.

Outro fator apontado como essencial para a sobrevivência do cordel é a manutenção de arquivos de folhetos. A ABLC reúne hoje 13 mil títulos em seu acervo e cerca de 2 mil livros de apoio à pesquisa, além de 27 “cordeltecas” implantadas em todo o território nacional. Com o projeto “Sementes de poesia”, Melo pretende revitalizar e ampliar as coleções do Acervo de Literatura Popular José Alves Sobrinho e do Centro de Formação de Professores (UFCG) em Campina Grande e da Fundação Casa de José Américo, em João Pessoa. Marques tem dedicado o projeto “Organização, classificação e catalogação do acervo de literatura de cordel” aos 800 folhetos de cordel doados ao Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (Cedap) pela ABLC. Já Iumatti está trabalhando, com um grupo de alunos e com apoio do Iphan e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no Portal de Literatura de Cordel, que, abrigado no site do IEB-USP (bit.ly/PortalCordel), reúne metadados de acervos de diversas instituições nacionais e estrangeiras dedicados ao cordel e que tem como objetivo principal o apoio à pesquisa. “Se o leitor não vai à leitura, a leitura vai ao leitor”, sintetiza o presidente da ABLC. ■

Projeto

Organização, classificação e catalogação do acervo de literatura de cordel “Gonçalo Ferreira da Silva” (18/03453-0); Modalidade Auxílio à Pesquisa – Regular; Pesquisador responsável Francisco Claudio Alves Marques (Unesp); Investimento R\$ 17.320,60.